



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 197 / JANEIRO-FEVEREIRO 2020 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Os Trabalhadores da Administração Pública exigem respeito!**
- 4 **A luta dos trabalhadores da Divisão de Arquivo Municipal**
- 5 **Terá sido votada ao esquecimento a rede de bibliotecas da CML?**
- 6 **A realidade na Limpeza Urbana-Remoção**
- 11 **A proposta do governo para o OE 2020 despreza os trabalhadores**
- 14 **Departamento de Direitos Sociais – sem direitos?**
- 15 **Os Reformados e o Orçamento do Estado para 2020**
- 19 **Novo ACEP celebrado entre o STML e a CML**

90€

PARA TODOS

2020



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 197 — JANEIRO-FEVEREIRO 2020

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Lourenço, Paula Correia, Tiago Lopes, José Oliveira, Rogério Rodrigues e Henrique Bastos

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Começamos o novo ano com um horizonte sombrio, face às expectativas que fomos – todos os trabalhadores da administração pública –, criando e acumulando ao longo de mais de 10 anos. Após uma década de estagnação salarial, associado a um retrocesso de mais de 20% no poder de compra, os funcionários do sector público são confrontados com uma proposta miserável, indecente e vergonhosa do Governo PS/António Costa, que aponta aumentos salariais na ordem dos 0,3% a 0,5%...

Como se tal não bastasse, nenhuma resposta é dada sobre as restantes reivindicações, como **a revisão da TRU, a revogação do SIADAP, a regulamentação e actualização dos suplementos remuneratórios, a identificação das profissões de desgaste rápido, a diminuição da quotização para a ADSE, as condições de aposentação**, entre tantos outros assuntos.

Obsessivamente constrangidos em torno do controlo do défice, ou simplesmente vangloriando-se sobre excedentes orçamentais que servem apenas como propaganda político-partidária, porque em nada se reflectem na melhoria das condições de vida de quem trabalha, este Governo teima em repisar caminhos que empobrecem, não só os portugueses, e os trabalhadores da administração pública em particular, como fragiliza o país e o submete, ainda mais, aos ditames decididos e impostos a partir do exterior, em particular pela UE.

Calados e resignados não podemos ficar! Justificada assim a convocação de uma manifestação nacional dos trabalhadores da administração pública para 31 de Janeiro, com concentração no Marquês de Pombal a partir das 14h30.

Na realidade concreta do município de Lisboa, valorizam-se as reuniões com vários executivos de junta. Entre Dezembro e Janeiro reuniu-se ou espera-se reunir com os responsáveis políticos de Carnide, Campo de Ourique, Parque das Nações, Belém, Santa Clara e Benfica. Nas Avenidas Novas chegou-se finalmente a consenso sobre um novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), alcançando mais 3 dias de férias para todos os trabalhadores com avaliação positiva, entre outros direitos.

Na Câmara Municipal de Lisboa, foi obtido igual resultado, tendo conquistado os trabalhadores da maior autarquia do país mais três dias de férias, bastando para tal, ter avaliação positiva e nenhuma falta injustificada no ano precedente. O objectivo mais amplo mantém-se, porém, no plano da Assembleia da República, onde se exige ao Governo a reposição dos 25 dias de férias.

Por outro lado, desenvolvem-se os processos reivindicativos sobre outras tantas realidades sectoriais da Câmara Municipal, exigindo melhores condições de trabalho e respeito pelos direitos dos trabalhadores, enquanto garantias inalienáveis de um serviço público municipal de qualidade. Da limpeza urbana, à rede de bibliotecas, passando pelos espaços verdes, aos vários arquivos municipais, à protecção civil ou cemitérios, dos direitos sociais às oficinas de reparação e manutenção mecânica, aos Sapadores Bombeiros, sem esquecer a realidade dos electricistas (DIP e DEMIEM), a luta deve avançar obrigatoriamente em função das condições específicas de cada sector, decidindo os trabalhadores com o STML, os melhores caminhos à resolução dos seus problemas.

Nas empresas municipais, avança-se nos contactos com os trabalhadores da EGEAC de forma a construir a proposta de aumento salarial para o ano que agora se inicia. Na GEBALIS, numa fase mais adiantada, aguarda-se para a segunda quinzena de Janeiro a contraproposta do Conselho de Administração (CA) ao proposto pelo STML de 90€ para todos os trabalhadores (com tecto mínimo de entrada na empresa nos 850€). Na SRU, fecha-se a proposta de Acordo de Empresa (AE), primeiramente a ser debatida com os respectivos trabalhadores, com apresentação ao CA em tempo oportuno.

Para avançar, só com o envolvimento e a força de quem trabalha.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MANIF

Os Trabalhadores da Administração Pública exigem respeito!

Manifestação Nacional a 31 de Janeiro

Após dez anos sem qualquer aumento salarial, o Governo insolentemente apresenta uma proposta de 0,3% de aumento. No essencial representa um aumento insultuoso de uns míseros cêntimos por dia. No melhor dos cenários, será este o aumento proposto pelo executivo de António Costa:

Para os Assistentes operacionais: **6 cêntimos** por dia;

Para os Assistentes técnicos: **9 cêntimos** por dia;

Para os Técnicos Superiores: **12 cêntimos** por dia.

Face à postura do Governo em se recusar a negociar, pondo em causa o princípio da negociação, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) aprovou a realização de uma manifestação nacional para dia 31 de Janeiro, em Lisboa. Em causa está o aumento de salário de 90 euros para todos os trabalhadores, e a primeira posição da Tabela Remuneratória Única nos 850€, reivindicações das quais a estrutura sindical não abdica, por oposição aos 0,3% propostos pelo Governo.

Num quadro em que o Governo anuncia um excedente orçamental para o ano 2020, a sua proposta está longe de corresponder às legítimas expectativas dos trabalhadores. O argumento de que “não há dinheiro” não convence a Frente Comum, que fala em “opções políticas”.

Sim, um aumento de 90 euros, para todos, não é um valor impraticável! Basta canalizar os dinheiros públicos na reposição da justiça e do poder de compra dos trabalhadores, perdido nos

dez anos em que não houve aumentos salariais, em oposição à política de esbanjamento do erário público, como, por exemplo, o que beneficia, através de isenções fiscais, os grandes grupos económicos.

É inaceitável que se esteja a banalizar, quer a violação sistemática do princípio da negociação, quer a recusa de aumentos salariais que permitam aos trabalhadores manter o seu poder de compra.

Dia 31 de Janeiro, a partir das 14h30 no Marquês de Pombal, faremos ouvir até onde for necessário a vontade dos trabalhadores do sector público, e do município de Lisboa em particular.

- 1. Aumento geral dos salários!**
- 2. Aumento da primeira posição da tabela remuneratória única para 850€!**
- 3. Aumento de 90€/mês para todos os trabalhadores!**

Na mobilização geral, mais fortes somos e mais capazes seremos, para inverter o caminho que este governo nos quer impor! **Já é tempo de afirmar a nossa vontade!**

Aos trabalhadores da Câmara Municipal, Juntas de Freguesias e Empresas Municipais, haverá lugar a um **pré-aviso de greve de forma a permitir a participação e responsabilização na luta que é de todos!**



A luta dos trabalhadores da Divisão de Arquivo Municipal



A luta por um edifício único para o arquivo municipal, integrando as suas várias valências, ganhou nos últimos meses de 2019 outra força. Em Novembro, os trabalhadores, com o seu Sindicato, decidiram avançar com uma greve no período da manhã do dia 28 de Novembro. A adesão de 88% dos trabalhadores da Divisão de Arquivo Municipal (DAM) – Arquivo Histórico, Videoteca, Arquivo Fotográfico e Arquivo Arco do Cego – demonstrou inequivocamente a vontade da imensa maioria em aprofundar o caminho que garanta respostas sérias às suas principais reivindicações.

Nesse mesmo dia, foi decidido, consensualmente, avançar para a Assembleia Municipal, concretamente para a sessão de 10 de Dezembro. Através do plenário convocado pelo STML para esta data, os trabalhadores da DAM ocuparam as galerias da Assembleia, intervieram, a par com o Sindicato, sobre os problemas que os preocupam e, mais importante ainda, afirmaram que

não baixarão os braços até o Executivo presidido por Fernando Medina apresentar soluções concretas para o Arquivo Municipal de Lisboa.

Há dois anos que STML e os trabalhadores da DAM desenvolvem este processo reivindicativo, num caminho sempre pautado pela força da verdade e da razão. Com determinação, seriedade e muita responsabilidade, assumimos, todos, que 2020 será um ano de luta, cuja intensidade será determinada pela maior ou menor vontade do Executivo municipal em responder às expectativas, tanto dos trabalhadores, como dos habitantes da cidade.

Lutamos e continuaremos a lutar por **um edifício único e digno**, que respeite os direitos e condições de trabalho dos seus profissionais, mas também o direito da população de Lisboa a serviços públicos de qualidade, respeitando a memória e a história de uma das capitais mais antigas e importantes da Europa.



Terá sido votada ao esquecimento a rede de bibliotecas da CML?

Nos últimos dias de Novembro, o STML enviou ao Presidente da CML um relatório sobre os problemas sentidos na rede de bibliotecas. Os seus conteúdos foram também enviados para todos os Vereadores e eleitos da AML. Em termos transversais, sublinhou-se a enorme falta de pessoal, nas várias carreiras e especializações implícitas a esta realidade sectorial. Perante esta evidência, não será alheio o resultado de anos de uma política e gestão de meios humanos displicente e inexistente, respectivamente. Por outro lado, interligado com a maior ou menor qualidade do serviço público municipal, é o que se prende com o actual estado de conservação do edificado, onde surge um conjunto de questões e críticas face ao observado pelo Sindicato. Dos casos mais graves, enfatizou-se o seguinte:

1. O processo que conduziu ao encerramento, a 14 de Novembro, da **Biblioteca Museu República e Resistência (BMRR)**, para obras de melhoramento, secundarizou o envolvimento dos trabalhadores e do próprio STML. Relembramos a reunião que o Sindicato teve com a Vereadora do pelouro da Cultura, a 3 de Julho último, onde se ergueram um conjunto de interrogações, sem obtenção de qualquer resposta – qual o futuro imediato dos trabalhadores, qual o tempo de obra, qual o futuro para a BMRR e qual o futuro definitivo do espólio que lhe dá corpo e substância?
2. Na **Biblioteca Camões**, os problemas de conservação do edificado são estonteantes. A degradação das condições de trabalho, obviamente, atinge nível idêntico. Relembramos que, depois da Biblioteca Palácio Galveias, a Biblioteca Camões é a mais frequentada e requisitada de toda a rede.
3. Na **Hemeroteca**, em instalações provisórias há vários anos (?), pouco ou nada tem sido realizado com vista à salvaguarda do seu arquivo (periódicos e publicações regulares que remontam, em alguns casos, ao século XVIII). Esta biblioteca, de cariz ímpar, carece de um edificado próprio, que dignifique os trabalhadores e as suas condições de trabalho. Negativamente, também, o risco de se impossibilitar a consulta pelas gerações futuras do seu património histórico.

4. Na **Biblioteca Palácio Galveias**, a mais visitada da cidade de Lisboa, e apesar da sua reabilitação e inauguração em 2017, persistem problemas de ordem estrutural que demonstram, em várias dimensões, a fraca qualidade das obras realizadas. Problemas por várias vezes transmitidos à CML/DMC...
5. Na **Biblioteca dos Coruchéus**, edifício reabilitado em 2013, apresenta, contudo, anomalias difíceis de entender perante o investimento realizado e logo descurado (climatização, iluminação, acessibilidades, etc.).
6. Na **Biblioteca de Belém**, em edifício recentemente intervençãoado, não se compreende como as matérias relacionadas com a climatização e qualidade do ar, não foram devidamente acauteladas.
7. Na **Biblioteca de Marvila**, em edifício construído de raiz, desconhece-se o porquê de não se ter obedecido, por parte da empresa contratualizada, a algumas das especificações da obra, principalmente em termos de climatização e renovação do ar.
8. No Serviços de Aquisição e Tratamento Técnico (**SATT**), instalado em 2003 em edificado municipal (garagem, piso térreo e primeiro andar em espaço de lojas numa zona habitacional dos Olivais), armazena-se na garagem centenas de milhares de espécies bibliográficas, colocando em risco (em caso de infiltrações, incêndio ou outra catástrofe), a população do bairro e o próprio património bibliográfico e histórico. Instalações apresentadas inicialmente como “provisórias”, mas que se eternizaram até aos dias de hoje. As condições de trabalho, na zona técnica e administrativa (piso térreo em particular), apresentam um conjunto vasto de problemas que degradam a saúde dos trabalhadores (climatização do ar, iluminação, infiltrações e humidade, acumulação de pó a níveis elevados, entre outros).

Sobre os problemas expostos, o STML já reuniu com os Vereadores do BE e do PCP. Contudo, reside no actual Executivo a responsabilidade exclusiva pelas respostas necessárias.

Durante o mês de Janeiro, o Sindicato irá novamente auscultar os trabalhadores, principalmente das instalações onde os constrangimentos atingiram níveis inaceitáveis.



A realidade na Limpeza Urbana-Remoção

3 de dez - plenário geral no COR
(23h30-00h30)

A 28 de Novembro o Sindicato reuniu com os responsáveis hierárquicos da Direcção Municipal da Higiene Urbana (DMHU). O objectivo desta reunião passou por debater e encontrar soluções e respostas aos inúmeros problemas que têm sido transmitidos ao Sindicato pelos trabalhadores – Cantoneiros e Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais – sobre a realidade actual no Centro Operacional de Remoção (COR) e no NOR, ambos localizados nos Olivais. Também abordadas as questões relacionadas com as restantes “unidades de higiene urbana”, nomeadamente dos Postos de Limpeza da Filipe da Mata e do Valsassina.

O debatido com as Chefias da Higiene Urbana, e os compromissos assumidos, foram dados a conhecer aos trabalhadores deste sector nos plenários gerais realizados na semana de 2 a 6 de Dezembro. Desde os contornos do trabalho a realizar nos dias que antecederam os feriados do natal e da passagem do ano; aos horários de trabalho da equipa do NAGE (antigo SAL), que urge uniformizar; aos procedimentos e horários na substituição de fardamentos e EPIs; às matérias relacionadas com as instalações e condições de trabalho no COR; à organização do trabalho nos Postos de Limpeza do Valsassina e da Filipe da Mata, além da mudança das respectivas equipas para os Olivais; aos problemas de estacionamento e dos torniquetes instalados no NOR; à limpeza deficiente na Valorsul, entre muitos outros assuntos.

A forte participação dos trabalhadores nos referidos plenários, permite alavancar melhores condições para a resolução dos seus problemas, num processo que não dispensa, antes obriga ao seu envolvimento e responsabilização. A luta reivindicativa, em torno das pequenas ou grandes matérias, será sempre mais consequente se tiver a unidade e a mobilização da maioria.

Da parte do STML, e dando continuidade aos plenários realizados, interessa agora estreitar a ligação aos trabalhadores que justificam e legitimam a sua existência. Só assim será possível conhecer melhor os seus problemas, permitindo elevar a qualidade e eficácia da intervenção sindical. Interrelacionado com esta dimensão, a prioridade em renovar e reforçar a organização local do Sindicato, através da eleição de novos delegados sindicais. Advinha-se, portanto, muito trabalho pela frente.

Uma CML cada vez mais irresponsável perante os trabalhadores e os Espaços Verdes da cidade.

No momento em que escrevemos este artigo, prevê-se para 14 de Janeiro uma reunião com as Chefias dos espaços verdes. Dando continuidade a uma relação institucional, sempre necessária, importa, antes de tudo, construir caminhos e dar resposta aos problemas que afectam os trabalhadores deste sector profissional. Falamos, em primeiro lugar, dos jardineiros que assumem papel de destaque nos serviços públicos municipais que devem gerir, tratar e conservar os jardins e espaços verdes da cidade.

Sabemos, contudo, que este sector tem sido profundamente descurado nas opções políticas do Executivo PS/BE. Uma realidade que ganhou contornos alarmantes desde que o “Zé” chegou à cidade com a bandeira do “faz falta”. Desde então, abriu-se campo, como nunca antes, à concessão, externalização e privatização dos espaços verdes da cidade, consubstanciando negócios sucessivamente desastrosos para os cofres da autarquia e, como tal, no desbaratar dos dinheiros públicos.

Paralelamente, afirmava o senhor vereador não perceber o porquê de existirem jardineiros municipais? Daí até à assunção deliberada de não contratar mais profissionais, obstaculizando o reforço e o rejuvenescimento desta realidade profissional, foi um pequeno pulo. Estamos actualmente confrontados com uma carência de pessoal gritante, à qual se soma a decisão de abrir um concurso, em fins do ano passado depois de mais de uma década sem tal acontecer, prevendo colmatar 8 vagas?! Brincam com os trabalhadores, com os direitos de quem vive, visita ou trabalha em Lisboa.

Os espaços verdes não podem ser deixados à vontade de uns tantos empreendedores cuja motivação é apenas a de rentabilizar e procurar o lucro sem olhar a meios nesse propósito. Os trabalhadores não podem ser ignorados como se de peças de museu se tratassem, esquecidos num velho armazém e recordados apenas em momentos e/ou eventos onde predomina o cinismo e a hipocrisia política.

Da ironia... em 2020, Lisboa é “capital verde”. Onde mora a política que deve valorizar os trabalhadores dos espaços verdes e, por este caminho, alicerçar melhores condições para que a cidade seja de facto verde, com espaços de qualidade a que todos temos direito?



O que se passa no Cemitério de Benfca?

O STML tem sido sucessivamente alertado pelos trabalhadores do Cemitério de Benfca para as condições de trabalho no plano da saúde, higiene e segurança. Não se compreende como passado tantos meses, a CML, e a Direcção Municipal responsável por estes serviços (DMAEVCE), não tenha solucionado os problemas há muito conhecidos.

É pertinente lembrar que em Abril de 2019, o Sindicato em reunião com os responsáveis hierárquicos pelos cemitérios municipais de Lisboa, lembrou e exigiu respostas para as várias situações que constroem trabalhadores, mas também os munícipes numa relação que será sempre bidimensional.

Em relação ao Cemitério de Benfca e sobre o problema principal que motiva este artigo, perante o STML afirmou a DMAEVCE (a 11 de Abril de 2019), ter sido concluída a renovação da rede

eléctrica, aguardando-se a certificação da EDP que possibilitará a sua operacionalização plena. Bom, passado praticamente 9 meses, ninguém sabe quando tal irá suceder. Face ao tempo de espera, poderíamos inclusive afirmar estarmos perante uma gravidez difícil...

Ironias à parte, certo é que os trabalhadores não podem pactuar com condições de trabalho que não respeitam a sua dignidade e os seus direitos. O Sindicato, obviamente, também não. Neste sentido, equacionam-se formas de protesto que em alguma medida “sensibilizem” o Executivo Municipal de Fernando Medina para as reivindicações que hoje começam a ganhar contornos de urgência.

Não podemos entrar em 2020 sem uma breve retrospectiva de 2019



Passado o ano de 2019 com um novo “timoneiro” ao leme do RSB, fica a sensação que a “nav” se encontra à deriva e ainda naufragou completamente, porque subsiste quem desempenhe o papel para o qual foi incumbido. Estará o Regimento condenado a ter em quem o comanda, pessoas que não sabem ou não querem dar à “casa” a dignidade e o respeito que merece.

Infelizmente os avanços tidos anteriormente, com o seu antecessor, não só não se mantiveram como se constata uma tomada de posições e decisões sempre na intenção de prejudicar os Sapadores Bombeiros, em clara violação da actual legislação, assim como dos acordos celebrados com a CML (ACEP), como no caso recente das NEP’s publicadas sobre a marcação de férias e o pagamento de fardamento/equipamento.

No que diz respeito ao Regulamento Interno, deixou o Comando a promessa que até ao fim de 2019 entregaria uma proposta do mesmo. Matéria que deixou apreensivo o Sindicato, pois já há alguns anos a esta parte, existe um Regulamento Interno elaborado por um grupo de trabalho, obtendo o consenso de todos os bombeiros, quadro de chefias e entidades sindicais representativas dos bombeiros. Apenas faltava a sua aprovação em Assembleia Municipal.

Após mais um ano, constatamos que nada se fez em relação, por exemplo, às promessas na área do edificado. Os quartéis apresentam incompreensivelmente os mesmos sinais de degradação. O fardamento revela sinais evidentes de desgaste, não se fazendo a sua substituição atempada. O parque automóvel, que deveria ter sido renovado faseadamente, conforme aprovado em reunião de Câmara, mantém-se o mesmo.

Em suma, apenas se observou um conjunto de intenções e promessas, sempre adiadas. Ou seja, vimos assistindo, por parte da CML e do Comando do RSB, a uma estratégia que privilegia o ignorar, adiar ou o retardar o mais possível, situações que deveriam ser resolvidas com a maior celeridade.

Sabendo que a responsabilidade primeira, em algumas destas matérias, é do Executivo, mas não ignoramos a parte da corresponsabilidade do Comando, na sua obrigação em dinamizar a resolução dos inúmeros problemas que se vivem no Regimento.

Acresce, por outro lado, a prática que se vem banalizando de não cumprir a legislação em vigor. O STML não deixará de combater quem actua deliberadamente contra os interesses e os direitos dos Sapadores, violando inclusive os acordos que a autarquia celebra com as suas estruturas sindicais ou alimentando “guerras internas”, em detrimento da desejada união. Caminhos que negativamente procuram desvalorizar o papel e as propostas do Sindicato. Não pactuaremos com esta realidade e questionamos o Presidente da CML se é este o rumo que deseja para uma instituição secular como o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

Novo ACEP celebrado com a CML

Garante mais e melhores direitos para os Bombeiros, nomeadamente: **horário de trabalho** – manutenção do actual horário de trabalho; **trocias de serviço** – possibilidade de efectuar trocias de serviço; **majoração dos dias de férias** – mais 3 dias de férias anuais aos bombeiros que tenham obtido avaliação positiva, sem faltas injustificadas no ano anterior; **férias** – estabelecida a marcação de férias por 20% do efectivo, ficando assim sem efeito a NEP de férias que afirma terem que ficar ao serviço 80% do efectivo, podendo assim os restantes 20% estarem em formação, licenças ou outras situações que impedem o gozo de férias; **regime de disponibilidade permanente** – a autarquia garante o pagamento extraordinário, bem como as despesas com transporte e alimentação; **gratificados** – todos os serviços prestados a entidades externas à CML, que solicitam e aceitam o orçamento elaborado pelo RSB, serão remunerados por regime de gratificado.



EGEAC

Acordo de Empresa da Gebalis

Trabalhadores reivindicam aumentos salariais para 2020

Quase três anos passaram desde a celebração do primeiro Acordo de Empresa (AE) da Gebalis, responsável pela gestão dos bairros municipais de Lisboa há quase 25 anos.

Mais de duas centenas de trabalhadores conseguiram, em 2017, com a assinatura deste importante documento, garantir a sua valorização profissional e salarial, progressão de carreiras e equidade salarial, entre outras matérias. Consequentemente, a convenção colectiva permitiu uma efectiva melhoria das condições de trabalho e de vida dos profissionais da empresa municipal. O que contribuiu, por sua vez, para a melhoria da qualidade dos serviços públicos que são prestados à população e à cidade de Lisboa.

Graças à celebração do AE, as partes outorgantes, o Conselho de Administração (CA) ou os trabalhadores, através dos sindicatos, podem iniciar, se assim o desejarem, um processo de negociação visando um aumento das remunerações. Foi com essa intenção que convocámos os trabalhadores, no passado mês de Outubro de 2019, para se discutir, em Plenário Geral, uma proposta de aumentos salariais para 2020.

Na sequência da discussão, STML e STAL, mandatados pelos trabalhadores, apresentaram ao CA da Gebalis, em Dezembro de 2019, a proposta aprovada pela maioria dos participantes. Ou seja, uma reivindicação de 90 euros para todos os níveis e todas as carreiras da tabela salarial do AE, com o salário mínimo na Gebalis a situar-se igualmente nos 850 euros. Isto com a respectiva aplicação, em todos os casos, a ser apontada para o dia 1 de Janeiro de 2020.

Da reunião realizada com a administração da empresa, que demonstrou abertura e vontade em discutir esta matéria, resultou a criação de um grupo de trabalho que irá, num ambiente de diálogo, tentar acordar uma subida dos salários que agrade aos trabalhadores e à empresa.

Ainda em relação à aplicação do AE na Gebalis, também ficou marcada para Janeiro de 2020, a realização da próxima reunião da Comissão Paritária de Acompanhamento. A ideia é dar início aos trabalhos de criação dos Regulamentos de Formação Profissional; Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho; e Avaliação de Desempenho.

EGEAC

Debata-se a proposta de aumento salarial a apresentar ao Conselho de Administração (CA)

Nas primeiras semanas de Janeiro, o STML colocou à discussão com os trabalhadores da empresa, a importância em fechar uma proposta de aumento salarial para 2020, oportunamente a apresentar ao CA.

Com base nos 90€ de aumento para todos os trabalhadores, aguarda-se, no momento em que escrevemos estas linhas, que os trabalhadores se pronunciem. O sindicato não ignora a realidade financeira da EGEAC, muito pelo contrário. Também não desvaloriza o alcançado em 2018 e 2019 em termos da negociação colectiva. Os resultados obtidos, mais positivos no primeiro ano, mais tímidos no segundo, apenas pecaram pela forma como o processo negocial decorreu, arrastando-se incompreensivelmente por largos meses. Uma responsabilidade que, como várias vezes criticámos, apenas pode ser imputada ao CA.

Esperamos que para o ano já iniciado, os prazos de conclusão do referido processo negocial, cumpram o desejado bom senso, isto é, esteja encerrado e se possível de acordo com a vontade expressa pelos trabalhadores, nos primeiros meses de 2020.



A FCSAP critica a farsa negocial imposta pelo Governo PS/António Costa

A 9 e a 11 de Dezembro, decorreram no Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública reuniões de negociação colectiva entre o Governo e a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP).

O primeiro encontro contou com a participação da Ministra, que justificou a sua presença como meramente protocolar, sendo que as negociações seriam conduzidas pelo Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP). Mais referiu que iria entregar um projecto de articulado, sendo que as questões relativas a aumentos salariais apenas seriam tratadas na reunião seguinte. A FCSAP informou que não ficaria na reunião uma vez que a questão essencial se prende com os aumentos salariais. Não existindo, por parte do governo, qualquer proposta nesse sentido, não existiam condições para qualquer processo negocial.

Afirmou ainda, não aceitar como resposta ao ofício enviado à Ministra, exigindo a negociação do Manifesto Reivindicativo para 2020, a marcação de três reuniões numa semana, sendo uma delas de negociação suplementar, matéria que cabe aos sindicatos solicitar caso assim o entendam. A Frente Comum, que representa 32 sindicatos, não aceita imposições de calendários negociais pois, tal como os assuntos a debater, também o calendário está sujeito a negociação. Tendo em conta a data de entrega do Orçamento do Estado (OE) a 16 de Dezembro, o Governo teve tempo para cumprir a lei da negociação, atendendo à data da sua tomada de posse.

A FCSAP exigiu ainda a negociação de todas as matérias constantes do Manifesto Reivindicativo para 2020, tendo como matéria principal os aumentos salariais, concretamente o aumento de €90,00 para todos os trabalhadores da AP.

Na segunda reunião, estiveram presentes os Secretários de Estado da Administração Pública (SEAP) e do Orçamento (SEO). O SEO abriu a reunião, apresentando uma série de argumentos, no essencial repetindo o discurso do Ministro das Finanças, para justificar a proposta de “aumento” salarial de 0,3% (!) baseada na inflação verificada em 2019. Mais uma vez foi utilizada a retórica usada para confundir a opinião pública, em que se ‘coloca no mesmo saco’ toda a despesa com a massa salarial, incluindo as progressões nas carreiras ocorridas em 2018 e 2019, as contratações de pessoal passadas e previstas, concluindo com médias de aumentos salariais puramente ficcionais. O aumento verdadeiramente proposto pelo Governo é de 0,3%, traduzido em 1,90 euros/mês ou 0,6 cêntimos/dia, para os salários mais baixos.

A Frente Comum considerou a proposta inadmissível e ofensiva para os trabalhadores da AP. Além de estarem há 10 anos sem qualquer aumento salarial, viram degradado em mais de 20%, pela via da inflação, o seu poder de compra. Somam-se os cortes salariais e o brutal aumento de impostos (IRS) durante o período austeritário.

Questionou-se, também, sobre aumentos das restantes componentes pecuniárias – subsídio de refeição, ajudas de custo, abono para falhas, etc.. O SEO foi peremptório ao referir que não estava previsto qualquer aumento nestas dimensões.

No dia 13 de Dezembro, considerando que não decorriam quaisquer negociações, a FCSAP limitou-se à entrega de um ofício ao SEAP, em que exige o respeito pela negociação colectiva e o aumento salarial de €90,00 para todos os trabalhadores da AP, afirmando a sua disponibilidade para lutarem pelos seus direitos e interesses.



Orçamento
do Estado

A proposta do governo para o OE 2020 despreza os trabalhadores

A 16 de Dezembro, foi entregue no Parlamento a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2020. Documento sustentado em opções bem distantes das expectativas dos trabalhadores, em especial os da Administração Pública. Esta proposta será votada na generalidade a 10 de Janeiro e, após discussão na especialidade, terá a sua votação final para inícios de Fevereiro.

Apesar do discurso do Governo, a proposta não apresenta um reforço significativo do investimento público. Aliás, a maior preocupação é com a obtenção de um muito aclamado excedente orçamental. Na prática, o único resultado para os portugueses, é a não aplicação deste excedente, na ordem dos 436 milhões de euros, em investimentos económicos e sociais.

O facto de serem gerados excedentes, segundo os seus defensores, serve para mostrar credibilidade junto dos credores. Relembre-se, os mesmos que pouca sensibilidade demonstraram nos anos da crise. Em alternativa, optaram por sobrecarregar a dívida pública portuguesa com pesados juros (que ainda hoje continuamos a pagar), desviando importantes verbas do investimento necessário ao país.

No que diz respeito aos trabalhadores da Administração Pública, e depois de 10 anos sem qualquer aumento, a proposta de orçamento contempla actualizações salariais ridículas de 0,3% (!). De sublinhar que o Governo se limitou a anunciar o valor dos aumentos salariais, pondo assim em causa o princípio da negociação. De resto, não há resposta às restantes reivindicações apresentadas, nomeadamente sobre a revisão da Tabela Remuneratória Única, a actualização e regulamentação dos diversos suplementos, a redução da taxa da ADSE, entre outras matérias.

Mas outros problemas continuam sem resposta. A admissão de pessoal, por exemplo, continua a ser insuficiente para colmatar a saída, principalmente por aposentação. A precariedade na Administração Pública encontra-se também por resolver, tendo até au-

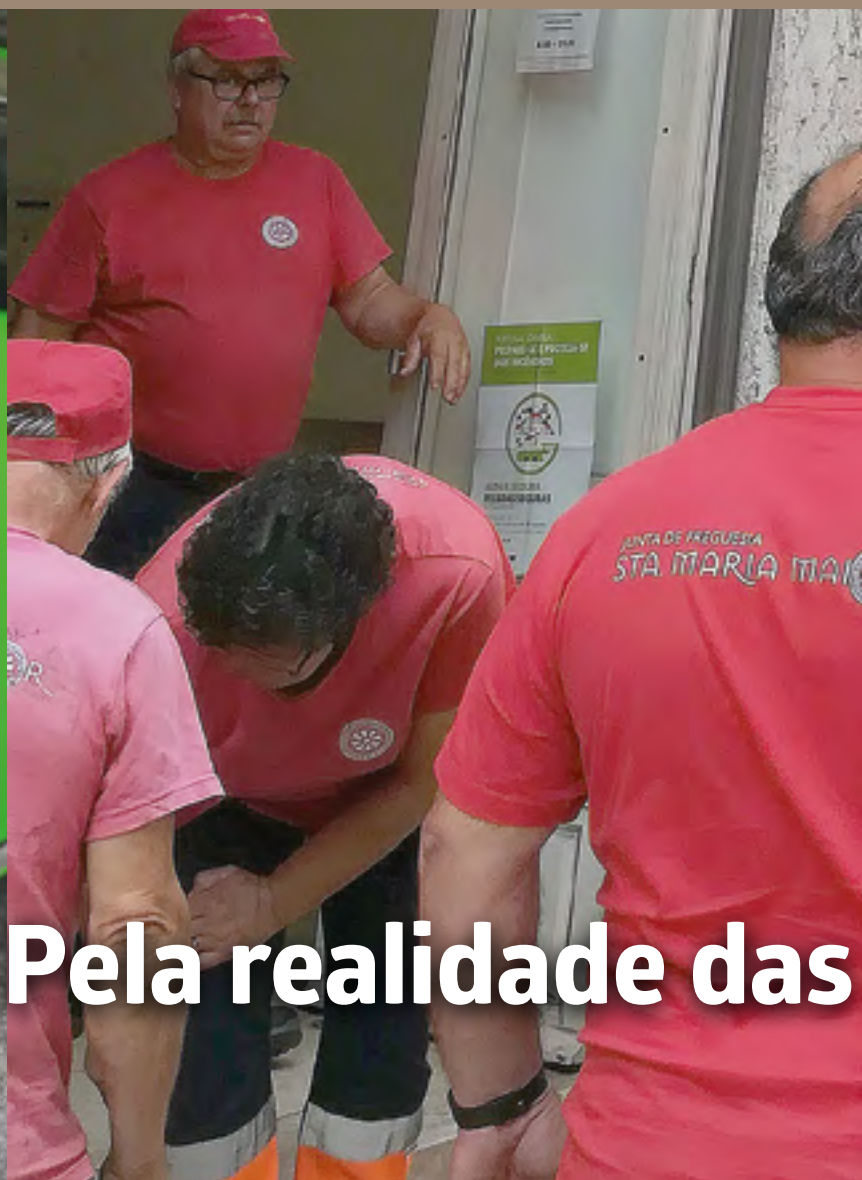
mentado o número de contratos a termo face a 2018. A proposta de lei prevê a conclusão do PREVPAP em 2020, quando a mesma deveria ter sido concluída em 2018, para não referir o pouco até agora alcançado.

No campo da política fiscal, mantém-se a exigência por uma profunda alteração, matéria à qual este Governo continua a protelar. Temos um sistema fiscal que não corrige desigualdades, acentua-as. Exigia-se, desde logo, o aumento da incidência da tributação sobre os rendimentos do capital e o alívio nos rendimentos do trabalho. Na proposta de OE nada se avança em termos de IRS. Outro desequilíbrio que afecta o sistema fiscal, prende-se com o peso relativo dos impostos directos e indirectos, sendo que estes últimos assumem a maior percentagem.

O orçamento revela opções políticas, sendo claro os caminhos privilegiados pelo PS. Vejamos, em 2020 serão gastos mais de 6,3 mil milhões de euros em juros da dívida. O apoio aos bancos, no período de 2019 e 2020, ascende a mais de 1,7 mil milhões de euros. Há ainda que ter em conta, a entrega a custo zero de 75% do Novo Banco ao fundo Lone Star, bem como as garantias contingentes oferecidas, que continuarão a onerar no futuro o Orçamento de Estado. Os encargos com as PPP inscritos na proposta de OE para este ano são de cerca de 1,5 mil milhões de euros.

Neste cenário, não estamos perante um orçamento de continuidade, como o Governo se tem esforçado por fazer crer, mas sim perante um Orçamento muito mais virado para a contenção da despesa e a obsessão de um excedente orçamental, do que com a realização dos investimentos de que o país precisa no plano da economia, dos serviços públicos, das funções sociais do Estado, na distribuição da riqueza e no combate às desigualdades.

Este não é um orçamento ao serviço do país, dos trabalhadores e do povo português, mas sim um orçamento virado para os grandes grupos económico-financeiros, nacionais e internacionais.



Pela realidade das

AVENIDAS NOVAS

No passado dia 29 de Novembro, o STML e a Junta de Freguesia assinaram um novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), culminando um longo processo de renegociação. Foi assim possível, recuperar e conquistar mais direitos para os trabalhadores. Destacamos a atribuição de três dias de férias para todos os trabalhadores com avaliação positiva; o dia de aniversário; o dia de Carnaval; o descanso compensatório pelo trabalho em dia feriado e a dispensa por morte de avós ou netos igual aos parentes de 1º grau e para tios e sobrinhos, igual aos parentes de 2º grau. Relembramos que as matérias passíveis de integrar os instrumentos de regulação colectiva na administração pública (ACEP) são a organização do tempo de trabalho, Saúde e Segurança no Trabalho e formação profissional.

ALVALADE

Em plenário realizado no Posto de Limpeza das Murtas, a 11 de Dezembro, os trabalhadores decidiram elaborar um abaixo-assinado para reforçar a reivindicação em alterar o horário de trabalho ao sábado, passando este a ser prestado das 8h00 às 14h00, com o compromisso de garantir um piquete de 2 elementos das 14h00 às 16h30. Relembramos que o STML já apresentara esta proposta aos responsáveis da Junta de Freguesia, em reunião realizada a 22 de Outubro. Considerando o tempo passado sem qualquer resposta, a Direcção do STML entregou o abaixo-assinado. Cientes da justeza da reivindicação, os trabalhadores que sempre cumpriram com brio a sua actividade, estão dispostos a lutar pela sua aplicação.

CAMPO DE OURIQUE

O STML reuniu com o presidente da Junta de Freguesia a 20 de Dezembro. Entre outros assuntos, abordou-se a avaliação de desempenho (SIADAP) e as respectivas progressões na carreira. Também debatido, a interdependência do trabalho extraordinário realizado nos dias de semana e fim-de-semana, que o Executivo justificou com a pretensão da sua justa distribuição, não excluindo, caso seja necessário, a avaliação de casos individuais. Foi também apresentado pelo STML uma proposta de novo ACEP, ficando o Presidente de a analisar e responder durante o mês de Janeiro.

CARNIDE

Também a 20 de Dezembro, o STML reuniu com o presidente desta Junta de Freguesia. Dos assuntos tratados, referimos a avaliação de desempenho (SIADAP) e progressões na carreira. Sobre os fardamentos para os trabalhadores da Limpeza Urbana, o Executivo informou ter já dado orientações para a sua distribuição. Sobre o problema de funcionamento dos computadores na Biblioteca Natália Correia, foi-nos dito ter-se tratado de um acontecimento pontual, estando a situação resolvida e como tal ultrapassada.



Juntas de Freguesia de Lisboa

PARQUE DAS NAÇÕES

A 30 de Dezembro produziu-se a reunião com esta Junta de Freguesia. Grande parte dos assuntos debatidos prenderam-se com as situações vividas pelos trabalhadores da Piscina do Oriente. Assim, sobre os horários de trabalho, o Presidente afirmou aguardar por uma reunião com os Recursos Humanos da CML. O objectivo passa por analisar, em termos análogos, os horários praticados na Piscina do Casal Vistoso (jornada contínua). Neste sentido, assumiu o Executivo o compromisso em dar uma resposta no prazo de 30 dias. Sobre a falta de pagamento do trabalho nocturno e do trabalho extraordinário, ao sábado e domingo, irão analisar caso a caso, solicitando ao STML as situações concretas onde este problema se tem revelado. Em relação às férias de 2019, será feito o acerto dos dias já gozados e por gozar (até 22 dias) de cada trabalhador. O subsídio de refeição a descontar, será de 12 dias (resultado das férias obrigatórias após a entrada no mapa de pessoal da Junta - 2 dias por cada mês). Quanto aos pedidos de acumulação de funções, a Junta referiu que foram autorizadas todas as que foram solicitadas. Por outro lado, para os trabalhadores integrados via PREVPAP, foi assumido a contagem de todo o tempo de trabalho na freguesia para efeitos de progressão remuneratória, exceptuando o tempo prestado na CML. Quanto à proposta apresentada pelo Sindicato para um novo ACEP, procede o Executivo à sua análise, não se comprometendo com datas para a sua discussão e eventual assinatura.

BELÉM

A 3 de Janeiro, o STML reuniu com o presidente da Junta de Freguesia. Foram abordados a avaliação de desempenho (SIA-DAP) e progressões na carreira. Foi esclarecida a participação dos trabalhadores com contratos de prestações de serviços (recibos verdes) em plenários promovidos pelo sindicato, tendo sido assumido pelo Presidente que não lhes é descontado qualquer tempo no vencimento. Sobre a alteração de horários na Piscina do Restelo, a Junta admite não ter procedido conforme a lei determina, isto é, informando antecipadamente os trabalhadores e as organizações sindicais da sua intenção (proposta de alteração). Contudo, refere o Executivo a possibilidade de permitir trocas no horário quando devidamente justificadas. Sobre as mobilidades intercarreiras, referem a impossibilidade financeira para as autorizar neste momento. Por último, o STML apresentou uma proposta de ACEP, ficando o Executivo de analisar a proposta até fins de Janeiro.

Para o mês de Janeiro, estão previstas reuniões com as **Juntas de Freguesia de SANTA CLARA e de BENFICA**. Dos assuntos que iremos debater, daremos conta em tempo oportuno aos respectivos trabalhadores.



Departamento de Direitos Sociais – sem direitos?

Para o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa “DDS” não significa de todo Departamento dos Direitos Sociais. Na realidade devia significar “Deixem-nos Dormir Sossegados”.

Tal como tantas outras mudanças de instalações dos Serviços, o DDS, os seus trabalhadores e utentes, viram-se e vêem-se confrontados, com uma panóplia de situações dignas do mais profundo repúdio num país civilizado e inclusivo.

Não bastavam as faltas de condições objectivas, que salvaguardem a possibilidade de todos, mas mesmo todos os trabalhadores e utentes em pé de igualdade, poderem aí exercer o seu trabalho ou se deslocarem em segurança, foram agora confrontados com inundações e infiltrações de água no primeiro piso, qual complexo tipo Spa.

Parece exagero, mas não é! Esta foi uma das queixas que os trabalhadores fizeram e mostraram no plenário aí realizado no passado dia 3 de Dezembro onde, uma vez mais, os mesmos confirmaram a sua revolta propondo que seja feita uma queixa à ACT. Matéria neste momento em análise no Gabinete Jurídico do Sindicato.

Não esquecemos o caso da trabalhadora que há meses permanece em casa, sem condições de mobilidade no edifício, sujeita,

primeiro, a um conformismo dos responsáveis políticos e hierárquicos totalmente inaceitável para, num segundo momento, ser-lhe atribuído ‘teletrabalho’, como solução que mais parece uma fuga para a frente, ‘varrendo para debaixo do tapete’ os compromissos e responsabilidades de quem desde o primeiro dia, sempre negou a possibilidade destes vários cenários. Os senhores vereadores do PS e do BE podem ter esquecido as várias conversas que tiveram em Junho do ano passado com os trabalhadores e com o STML. Mas o Sindicato não esquece, nem permitirá que tal aconteça.

Esta falta de respeito do actual Executivo, que afecta trabalhadores e através deles todo o município, com as suas tomadas de posição egocêntricas e de profunda desorganização, foram testemunhadas pelos representantes municipais do Partido Ecológico Os Verdes (PEV), que após visita às instalações do Complexo da Boavista, fizeram aprovar por unanimidade na Assembleia Municipal a Recomendação 089/09 de 12 de Novembro.

Este é o tempo do Executivo “deixar de dormir sobre o assunto” e resolver este grave problema, que o STML e os trabalhadores do DDS desde a primeira hora têm denunciado.



Os Reformados e o Orçamento do Estado para 2020

Se é verdade que há muito mais vida para além de um Orçamento do Estado, não podemos ignorar os impactos que este importante documento produz na vida dos reformados. Assim, é natural que a sua apresentação e discussão na Assembleia da República sejam encaradas com ansiedade, pois estão em jogo opções que podem permitir avanços (ou recuos) nas condições de vida de uma parte da população, em que nos incluímos. Com menor autonomia reivindicativa, porque retirados do “mercado de trabalho”, sentimo-nos, por vezes, alvo fácil das investidas de governos que cortam nas pensões ou impõem a sua estagnação, para maquilhar as suas contas “certas”, para despejarem dinheiro em eternos buracos de uma banca fraudulenta (20,8 mil milhões de euros de 2008 a 2020), para alimentar os sorvedouros das PPPs (1,5 mil milhões de euros em 2020) e ficarem bem na fotografia a apresentar aos senhores de Bruxelas.

Mas não devemos menosprezar as nossas possibilidades de intervenção solidária no âmbito da CGTP-IN que, com a participação activa da Inter-Reformados, tem conduzido um combate sem desfalecimento, em defesa dos direitos dos trabalhadores no activo e dos que já cumpriram toda uma vida de trabalho.

Foi esta força que ajudou a derrubar em 2015 o governo das direitas, foi esta luta que pressionou o governo PS, nos últimos quatro anos, a estancar o processo de destruição de direitos e a prosseguir um caminho, embora tímido, de reposição de rendimentos roubados. E será a luta que soubermos prosseguir no seio do Movimento Sindical Unitário (MSU), em conjunto com as forças progressistas representadas na AR, que determinará a evolução próxima da situação política e social, a começar pela orientação do OE 2020 que vier a ser aprovado. Agora, estamos

perante uma proposta do novo governo, mais focada na contenção da despesa e no brilharete do excedente orçamental, do que na valorização de quem trabalha e na realização dos investimentos necessários ao país. No respeitante às questões que mais interessam aos reformados, esta proposta suscita-nos grandes reservas e acentuadas discordâncias.

Assim, os aumentos resultantes da aplicação da actualização anual das pensões (lei nº 53- B/2006) são tão reduzidos, para não dizer ofensivos, que nem sequer permitiriam repor o poder de compra em face da inflação esperada.

Resumindo: Cerca de 0,7% para as pensões até 878€; 0,24% para pensões entre os 878€ e 2634€; 0% para pensões superiores.

Exemplos: pensão de 650€: aumento de 5,2 €/mês – 0,09€/dia; pensão de 878€: aumento de 7€/mês – 0,23€/dia; pensão de 900€: aumento de 2,7€/mês – 0,09€/dia.

Acena-se com uma vaga promessa de reforço das pensões mais baixas, sem que nada conste “preto no branco” sobre um aumento extraordinário que, nos últimos três anos, permitiu compensar parcialmente a inadequação da referida lei que urge reformular.

Está prevista uma reavaliação do regime do Complemento Solidário para Idosos mas, também aqui, nada de concreto é apresentado.

E continuam ausentes medidas substanciais de financiamento da Segurança Social, como a criação de uma contribuição complementar à TSU com base no valor acrescentado líquido das empresas.

Concluindo: Muita parra e pouca uva. Aproximam-se tempos de luta – lá nos encontraremos.

STML aprofunda os contactos com os trabalhadores de várias realidades sectoriais

O respeito por quem trabalha, não é nem pode ser, uma ideia vã! Tão pouco se deve ou pode inferir, que o pagamento de um salário, seja ele qual for, dê o direito à entidade patronal de exigir ao seu trabalhador que exerça a sua actividade laboral, sem condições de dignidade e de segurança, nem que o desrespeite enquanto pessoa!

Infelizmente, neste périplo que o STML vem fazendo por tantos locais de trabalho da CML, avolumam-se as queixas, tantas vezes em surdina a lembrar outros tempos que deviam reportar-se apenas ao passado, sobre o desrespeito continuado pelas regras mais elementares de justiça, saúde, segurança, tecnologia, igualdade, meios humanos, equidade, parceria, convivência, lealdade, envolvimento, compreensão, frontalidade, verdade e tantas outras.

O desalento de quem trabalha, reduzido à insignificância de um mísero salário, congelado há mais de 10 anos, como acontece com os funcionários públicos em Portugal, deveria tornar quem nos governou e governa, mais sensível e menos cínico nas preocupações que diz possuir!

Os trabalhadores, sejam eles técnicos superiores, assistentes técnicos ou assistentes operacionais, têm nas visitas, encontros ou plenários levados a cabo pelo STML, transmitido, todos, ainda que de maneiras diferentes, as mesmas preocupações: do SIADAP ao congelamento dos vencimentos; das carreiras inexistentes e não adjetivadas, às condições de trabalho insuficientes; da falta de meios humanos à falta e actualização de ferramentas; das incertezas laborais e precaridade às respostas não dadas e adiadas; todos eles confessam a sua grande tristeza por um futuro incerto, envelhecido e de desalento.

A luta pelos direitos e a uma vida condigna, que valorize cada trabalhador enquanto obreiro do saber-fazer, do se sentir útil, do ser capaz e competente e, de sobretudo de o fazer feliz, é uma luta que não pode ser adormecida e nunca ser deixada ao sabor de quem decide. Esta tem sido a mensagem de esperança e o convite ao envolvimento de todos, que o STML tem feito transparecer e continuará a incentivar.

Foram, nestes últimos dois meses, muitos os locais de trabalho visitados. No Campo Grande (vários pisos); no DDS, Arquivo Municipal (Histórico, Videoteca, Fotográfico e Arco Cego), Rede de Bibliotecas e SATT, Gabinete de Estudos Olisiponenses ou o Departamento de Formação. São locais em que a prevalência existente é de técnicos superiores e assistentes técnicos, que mostraram a sua clara insatisfação por um salário pobre, que os desmotiva face ao investimento e expectativas criadas. As categorias de ingresso nestas carreiras frustram por cruzamento e aplicação do SIADAP, qualquer esperança numa progressividade proporcional, condizente com o grau académico e competências adquiridas ao longo do tempo.

São situações que a CGTP-IN, a FCSAP e o STML, paulatinamente vêm a reivindicar junto dos sucessivos governos, mas que estes obcecados por “contas certas”, teimosamente têm feito por esquecer.

Para Janeiro e Fevereiro, novas visitas e plenários estão planeados nomeadamente: Campo Grande (continuação), Hemeroteca, Biblioteca Camões e SATT, UIT's (Alcântara, Lumiar, Marvila/Chelas e Baixa), edifício da R. Alexandre Herculano e Bela Flôr.

O STML está consciente, que só com o envolvimento na luta de todos os trabalhadores da CML, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, se pode almejar que o ano que agora começou traga para todos, incluindo as suas famílias, um pouco mais de justiça e dignidade, e que todos inequivocamente merecem.



STML e Trabalhadores da SRU constroem Acordo de Empresa

O trabalho desenvolvido pelo STML nas empresas municipais (EM) de Lisboa tem passado pela salvaguarda dos direitos e pela exigência de valorização dos trabalhadores que prestam serviço público a partir do sector empresarial público. Estes profissionais recorde-se, são abrangidos pelo Código do Trabalho (CT). Significa que, por um lado, são constantemente penalizados pelas alterações introduzidas no próprio CT; e, por outro lado, pela imposição de cortes e restrições através da Lei do Orçamento do Estado para toda a Administração Pública.

A contratação colectiva, designadamente os acordos de empresa (AE) no sector privado, resulta da luta de gerações de trabalhadores, constitui uma fonte de consagração de direitos, um instrumento de distribuição da riqueza e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, indissociável do desenvolvimento económico e social do País e da afirmação da democracia.

No que respeita à actuação na SRU, o STML está a construir, com o contributo indispensável de um grupo de trabalhadores, uma primeira proposta de AE que permita melhorar a vida profissional, pessoal e familiar de quem corporiza esta empresa municipal. Tal proposta será depois apresentada, em plenário geral, à generalidade dos trabalhadores, pois consideramos ser obrigatória a participação de todos os intervenientes no processo. No decorrer dos primeiros meses de 2020, contamos apresentar a proposta final ao Conselho de Administração (CA) da empresa.

Para este ano, o grande objectivo do STML, em relação à actuação no seio da SRU, passa então por concretizar a assinatura de um AE, como já aconteceu com a EGEAC e a GEBALIS. Acreditamos que, no que respeita aos trabalhadores das EM, a contratação colectiva é a mais importante ferramenta laboral. Actua como um elemento unificador, sendo também um instrumento de estabilização dos direitos adquiridos. É importante, por isso, que se garanta um AE que defenda os interesses de todos os trabalhadores, independentemente do vínculo que têm com a empresa.

O STML assevera, ainda, que manterá um acompanhamento muito próximo do amplo processo de mudança a decorrer na SRU.

Todo o trabalho de intervenção sindical junto das EM funde-se com a vontade de garantir um serviço de qualidade por parte das mesmas, um serviço que elas podem e devem desenvolver nas suas áreas específicas de intervenção pública.



Os aumentos salariais (?) e os números fictícios apresentados pelo Governo

Nas negociações com os sindicatos da Função Pública sobre os aumentos de salários, o Governo, para justificar a sua recusa em aumentar os salários dos trabalhadores em 2020, que estão congelados desde 2009, apresentou uma provocação na ordem dos 0,3%.

Segundo o Governo, as progressões e revisões nas carreiras determinaram um aumento de despesa com os trabalhadores da Função Pública de 465 milhões € em 2018, de 666 milhões € em 2019 e, em 2020, o aumento de despesa determinados pelas progressões mais o aumento de apenas 0,3% nas remunerações destes trabalhadores, será, segundo o Governo, de 715 milhões €. E daí conclui, procurando manipular a opinião pública, que o aumento médio por trabalhador foi de 2,2% em 2018, de 3,1% em 2019 e, em 2020, será de 3,2%.

O Governo não mostra, porém, como chegou a tais valores. Também se “esqueceu” de informar que há muitos milhares de trabalhadores das Administrações Públicas que não tiveram qualquer progressão na sua carreira porque ainda não tinham “10 pontos”.

Os números do Governo não batem certo com os números da DGAEP!

Segundo dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), se a análise se limitar aos aumentos apenas na Administração Pública Central (“Estado”) no período 2016-2019, como consequência das progressões nas carreiras, conclui-se que o aumento efectivo na despesa foi de 324 milhões € em 2018 e de 272 milhões € em 2019 (596M€ nos 2 anos), e não 465

milhões € e 666 milhões € (1131M€ nos 2 anos). Admitindo que aqueles valores eram repartidos por todos os trabalhadores do Estado, o aumento médio seria de 1,7% em 2018 e 2019, e não de 2,2% e 3,1% como refere o Governo.

Segundo a DGAEP (do Ministério das Finanças), os aumentos efectivos de despesa verificados nas Administrações Públicas (Central, Local e Regional) no período 2016-2019, como consequência das progressões nas carreiras foi de 458 milhões € em 2018 e de 442 milhões € em 2019 (900M€ nos 2 anos), e não dos 465 milhões € e 666 milhões € (1131M€). O aumento médio bruto seria de 1,4% em 2018 e de 2,1% em 2019, e não de 2,2% e 3,1% como refere o Governo.

Eugénio Rosa, Economista

Um Governo que despreza os interesses dos trabalhadores que tutela, negando-lhes aumentos salariais em função da realidade político-económica e social nacional, não presta um bom serviço ao país, nem defende os interesses da sua população. Não podemos continuar a aceitar a velha bitola que nos condena, sabe-se lá porquê, a uma existência caracterizada eternamente por baixos salários. Romper com este quadro, não só é possível, como indispensável para fazer avançar a vida de todos, alavancar e economia portuguesa e o desenvolvimento do país.

É com estes objectivos em mente, que a **manifestação nacional da administração pública, convocada para 31 de Janeiro**, assume uma importância maior. A exigência pelo aumento geral dos salários, particularizando os 90€ para todos os trabalhadores, é responsável e possível. Lutemos pela sua concretização!



Tribuna Pública contra a precariedade

A União dos Sindicatos de Lisboa – CGTP-IN, promoveu no dia 5 de Dezembro, pelas 15H00 junto ao Ministério do Trabalho uma Tribuna Pública, no âmbito da Semana Luta de Combate à Precariedade.

Nesta Tribuna pública participaram trabalhadores e ativistas sindicais de diversos sectores: das telecomunicações, mais precisamente dos Call Centers, do comércio, do sector financeiro, das Industrias elétricas, da hotelaria, da administração local, arqueologia, da EPAL, do LNEC. O STML marcou presença através dos seus Dirigentes e Delegados sindicais.

A USL/CGTP-IN também interveio na pessoa do seu Coordenador Libério Domingues, que referiu a importância desta luta e como esta deve ser assumida por todos os trabalhadores, "...o combate à precariedade e a exigência da passagem deste trabalhadores ao quadro das empresas deve estar sempre presente em qualquer caderno reivindicativo", lembrou Libério Domingues.

O secretário-geral da CGTP Arménio Carlos encerrou esta iniciativa e fez referência à dimensão desta chaga social. Em Portugal, mais de 1 milhão de trabalhadores têm contratos com vínculos precários. Lembrou que o patronato tem como objectivo a generalização da precariedade, trabalhadores sem direitos, com baixos salários e horários desregulados.

Na área Metropolitana de Lisboa mais de 240 mil trabalhadores por conta de outrem têm um vínculo precário e constituem 21,2% (mais de um quinto) dos trabalhadores por conta de outrem. A estes se juntam uma série de situações atípicas, muitas ilegais ou clandestinas, não contabilizadas pelas estatísticas, mas vividas diariamente nos locais de trabalho.

A Tribuna terminou com a leitura de uma Resolução que foi aprovada por unanimidade e que refere, entre outras matérias, o seguinte:

“Embora frequentemente associada aos trabalhadores mais jovens, a verdade é que a precariedade tende a afetar de modo cada vez mais transversal as várias gerações de trabalhadores, nas mais variadas ocupações profissionais.

Os patrões têm usado e abusado desta forma ilegal de contratação, com a conivência e apoio de sucessivos do PS, PSD e CDS para chantagear e oprimir os trabalhadores. Usam-na para pagar menos salário – em média menos 30% do que a um trabalhador com vínculo efectivo – para desregular horários, aumentar as horas de trabalho sem as pagar e piorar as condições de trabalho de

todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo.

Com a ameaça do fim do contrato tentam limitar o exercício dos direitos laborais e as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. A garantia constitucional da segurança no emprego, significa que a relação de trabalho temporariamente indeterminada é a regra, e o contrato a termo a excepção, pelo que esta forma contratual só pode ser utilizada quando existir uma razão concreta e objectiva para tal, designadamente para acorrer a necessidades temporárias das entidades empregadoras e pelo tempo estritamente necessário à satisfação de tais necessidades.

Neste sentido, é forçoso concluir que todas as normas laborais, nomeadamente as últimas alterações do Código do Trabalho, resultantes do acordo do governo PS com o patronato e a UGT (com o silêncio cúmplice do PSD e do CDS) aprovadas na Assembleia da República, vão no sentido de alargar as possibilidades de recurso à contratação a termo, bem como a outras formas de contratação precária se configuram genericamente como normas restritivas do direito fundamental à segurança no emprego consagrado no artigo 53º da Constituição.

Neste contexto, as alterações introduzidas não combatem verdadeiramente a precariedade existente e vão originar o desenvolvimento de novas formas de contratos não permanentes.

Também na Administração Pública, o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAP) está significativamente atrasado, tem uma abrangência muito limitada e fica aquém do necessário e exigível.

A precariedade dos vínculos laborais nas suas mais diversas expressões, designadamente, a contratação a termo, o trabalho temporário, os falsos recibos verdes, as prestações de serviços/outsourcing e outras, tem de ser erradicada!

É urgente fazer a ruptura com o modelo de baixos salários e trabalho precário que acentua as desigualdades e a exploração, condiciona a organização da vida pessoal e familiar, dificulta o aumento da natalidade e condena os trabalhadores, nomeadamente os mais jovens a relações de trabalho geradoras de empobrecimento constante.

Para a União de Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN) a aposta na criação de emprego estável, seguro e com direitos, que garanta a articulação da actividade profissional com a vida pessoal e familiar, é indissociável da valorização do trabalho e da dignificação dos trabalhadores.”



Novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), celebrado entre o STML e a CML

O STML encetou várias negociações com a CML para assinar um novo Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP), exigindo e procurando salvaguardar mais e melhores direitos para os trabalhadores.

Relembramos que as matérias passíveis de integrar os instrumentos de regulação colectiva na administração pública (através da celebração de ACEP) são a organização do tempo de trabalho, a saúde e segurança no trabalho e a formação profissional. O STML apresentou em 2018 uma proposta inicial à CML onde se exigia a atribuição de três dias de férias para todos os trabalhadores com avaliação positiva; atribuição do dia de aniversário; atribuição do dia de Carnaval; dispensa por luto para trabalhadores netos e avós, igual aos parentes de 1º grau, e para os tios e sobrinhos, igual aos parentes de 2º grau.

Após mais de um ano de negociações, foi possível acordar a principal proposta do STML, inicialmente apresentada em 2014 e rejeitada pela CML, aquando da celebração do primeiro Acordo, onde se conseguiu salvaguardar as 35 horas semanais. Referimo-nos à atribuição de mais 3 dias de férias para todos os trabalhadores, bastando para tal, ter avaliação positiva (adequado, relevante ou excelente, via siadap).

A 12 de Dezembro foi assinado, entre o STML e a CML, o novo Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) que permite, além de outros direitos, mais crédito de horas para os representantes dos trabalhadores em SST e recuperar os dias de férias usurpados pelo Governo da troika do PSD/CDS-PP.

Na Câmara Municipal de Lisboa, a partir de agora, todos os trabalhadores terão mais 3 dias de férias, desde que tenham avaliação positiva e não tenham faltas injustificadas no ano precedente, com efeitos a partir da avaliação de desempenho obtida no biénio 2017/2018.

Relembramos, contudo, que o objectivo último passa por repor na lei geral os 25 dias de férias. O STML continuará a lutar para que estes e outros direitos passem a ser consagrados em lei, enquanto responsabilidade que cabe exclusivamente ao actual Governo e à Assembleia da República. Neste sentido, não baixaremos os braços no combate à legislação negativa que afecta os trabalhadores da Administração Pública, exigindo respostas às reivindicações que constam no Manifesto Reivindicativo para 2020, entregue ao Governo pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que o STML integra, tendo como principal reivindicação o aumento salarial de 90 euros para todos os trabalhadores.

ALERTA:

Todos os trabalhadores da Câmara Municipal que se encontram em condições de avaliação positiva, relativamente ao ciclo avaliativo 2017/2018, venceram mais três dias de férias em 1 de Janeiro do corrente ano, a que acrescerão os dias de férias que, eventualmente, ainda não tenham gozado relativamente à majoração de ciclos avaliativos anteriores. Deverão neste sentido, considerar estes dias na marcação das férias deste ano.

EUA, os maiores responsáveis pela política de guerra no mundo, ameaçam com novo conflito no Médio Oriente!



Manifestação de repúdio à acção dos Estados Unidos

A 3 de Janeiro deste ano, os Estados Unidos assassinaram um dos mais importantes generais iranianos, Qassem Soleimani, comandante da Força Quds da Guarda da Revolução Islâmica e figura de reconhecido prestígio na luta contra a Al-Qaeda e o Daesh, na altura do atentado, em território iraquiano.

Face a uma decisão condenada a vários níveis, por inúmeros países, dirigentes e personalidades mundiais, o parlamento do Iraque, em sessão extraordinária de 5 de Janeiro, aprovou uma resolução em que solicita ao governo do país árabe que decrete a retirada do seu território da chamada “coligação internacional” liderada pelos EUA. Aceitando num primeiro momento a decisão soberana do Iraque, o governo de Trump recuou a 7 de Janeiro com o argumento de que se tratava de um assunto ainda não deliberado. É evidente a confusão que grassa na terra do maior complexo industrial-militar do planeta.

Contudo, à margem das histórias e historietas criadas por aqueles que se intitulam como “senhores e polícias do mundo”, a verdade é que as decisões assumidas nos primeiros dias deste ano pelo governo protofascista de Donald Trump, abrem campo a um cenário de risco elevado, no que concerne a um novo conflito armado. Estamos perante uma região do planeta já de si massacrada pelos ventos da guerra que se movem à velocidade e em simultâneo com os interesses geoestratégicos e geopolíticos do gigante norte-americano, sempre acompanhado pelos países aliados que no tempo e no espaço melhor os servem.

Numa lógica de continuidade, a política externa dos EUA prefere disparar primeiro e perguntar depois. A verborreia militarista é acompanhada por ameaças e embargos, seguindo-se, como agora se constatou, com acções concretas de extermínio selectivo, criando o palco necessário à intervenção, geralmente premeditada, da sua indústria de guerra, sempre esfomeada por novos lucros à custa da morte e destruição de países, regiões, terras e milhares de vidas.

É pertinente lembrar que os EUA são, de longe, o país no mundo que mais gasta em armamento, tendo orçamentado para 2020, 738 mil milhões de dólares em despesas e investimentos de ordem militar, o maior orçamento militar da História, suplantando em 22 mil milhões o recorde no ano anterior, também percentente aos Estados Unidos.

Não podemos ficar em silêncio perante mais uma guerra no horizonte, executada pelos mesmos de sempre e, ironicamente, debatida e decidida muito provavelmente em território português, aquando da visita, a 4 e 5 de Dezembro, do primeiro-ministro de Israel, Benjamim Netanyahu e do secretário de Estado dos EUA, Michael Pompeo, que tiveram a subserviência do primeiro-ministro António Costa e do ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva.

Será inevitável a analogia com a Cimeira das Lages, onde o mordomo de 2003 foi então Durão Barroso. Um encontro que serviu para planear a guerra do Iraque, justificada por armas de destruição massiva que nunca existiram. Agora, parece emergir mais um lamentável episódio, em nada engradecendo a História do nosso país, muito pelo contrário, somando-se ainda o desrespeito pela ordem constitucional de Portugal.

O governo português deve, de uma vez por todas, à semelhança dos governos de outras nações que revelaram não ter medo, condenar veementemente o atentado terrorista dos EUA que conduziu ao assassinio do General Iraniano. Deve condenar igualmente, a política belicista de Trump e companhia, além das sucessivas práticas de ingerência e desestabilização executadas nos quatro cantos do mundo pelos Estados Unidos, em particular, no Médio Oriente, afrontando os povos, a vida de milhões de seres humanos e destruindo o meio ambiente a níveis inéditos na História da Humanidade.

Pela Paz, contra a Guerra, não podemos ficar indiferentes!